

ST 4 – Fábrica e casa: práticas de controle da vida na Primeira República (1908-1909)

Autor: Patrick Coutinho*

Coautora: Estela Scheinvar*

Resumo:

Estava em curso na primeira década do século XX, um projeto de orientação biopolítica que visava, dentre outras coisas, a formação conveniente do trabalhador ideal para os interesses da República. Tentaremos evidenciar esse projeto a partir da análise micropolítica da rotina de um grupo de operários cariocas do setor têxtil, que eram assistidos pelo patronato através de um conjunto de habitações denominado de vilas operárias. Evidencia-se, assim, uma lógica governamental caracterizada pela tentativa de repressão e controle ininterruptos, que se originava no local de trabalho e invadia a vida privada.

Palavras-chave: Biopolítica, vilas operárias e normalização.

O início do século XX foi estremecido por uma enorme onda de greves e protestos promovidos por setores diversos da classe trabalhadora, que eclodiram por todo o país e de forma bastante incisiva no Rio de Janeiro, então capital federal. Grande parte do combustível que inflamou tais agitações se deve a recusa de uma prática governamental orientada por uma lógica biopolítica (FOUCAULT, 2008a), que tinha como objetivo reprimir determinados modos de vida, no intuito de normatizá-los e, conseqüentemente, produzir o modelo de trabalhador que a jovem república considerava mais adequado para o seu projeto político.

Este artigo se propõe a colocar em análise, a partir de uma perspectiva foucaultiana, a forma pela qual essas práticas normalizadoras atravessaram a vida do trabalhador fabril carioca, ao evidenciar uma tentativa ininterrupta de controle que se estendia do seu local de trabalho ao âmbito domiciliar. Para isso, determinamos um nicho fabril específico, a Companhia de Fiação e Tecidos Confiança Industrial, que será estudado por meio de duas esferas de análise que focalizarão duas fontes históricas diferentes.

A primeira delas diz respeito ao periódico de nome “A voz do trabalhador”, produzido no Rio de Janeiro pela Confederação Operária Brasileira (COB), com o objetivo de

* UERJ/FFP – Graduando em História

* UERJ e UFF – Doutora em educação pela UFF

informar e mobilizar os trabalhadores para a luta. O periódico possui exemplares publicados de 1908 a 1917 e traz notícias sobre os trabalhadores da Fábrica Confiança durante os momentos de reivindicações, se tornando, portanto, fonte importante para obter informações sobre o cotidiano de trabalho destes empregados. A segunda seria os resultados obtidos a partir da análise das plantas do conjunto de vilas operárias da Confiança, construídas no contexto da reforma Pereira Passos, que por sua vez, nos concedem informações sobre o cotidiano familiar.

O final do século XIX, especialmente os anos posteriores à década de 1880 e a primeira década do século XX, foi marcado por transformações de ordem social, política e econômica no Brasil e especialmente na cidade do Rio de Janeiro. A implantação da República significou um período de maior desenvolvimento para a política de industrialização. O governo que até então estava atrelado majoritariamente a uma oligarquia agrária iria intervir em favor da classe dos industriais. Boris Fausto (1995) explica que havia a percepção por parte dos governantes republicanos de que a quantidade de moeda em circulação no país era incompatível com o novo quadro de trabalhadores assalariados, assim sendo, o ministério da fazenda, sob o comando de Rui Barbosa, tomou medidas. Iniciou-se um período que ficaria conhecido como época do “encilhamento”, marcado pelo intervencionismo estatal concretizado por ações como diminuição da taxa de câmbio e aumento na emissão de papel moeda, ambas acompanhadas de seus corolários: a especulação financeira e o aumento no custo de vida. Além da concessão de crédito para uma burguesia industrial em ascensão, o governo também decidiu aumentar as tarifas alfandegárias visando uma maior arrecadação, já que a produção desenfreada de dinheiro contribuiu para a desvalorização da moeda nacional. Com isso, preço de produtos manufaturados importados subiu, beneficiando a indústria nacional.

Tais medidas possibilitaram além de uma alta capitalização industrial, a abertura de inúmeras fábricas. É nesse contexto de vantagens econômicas concedidas pelo Estado em benefício dos industriais que a Companhia de Fiação e Tecidos Confiança Industrial surgiu. Fundada em 1885, a fábrica se localizava no bairro de Vila Isabel, funcionou até 1964 e é considerada uma das mais antigas da cidade. Operando inicialmente com cerca de 400 teares alcançou o incrível número de 1600 na primeira década do século XX.

O método genealógico ou sócio-histórico, que optamos seguir por ser mais adequado ao referencial conceitual adotado neste artigo e por considerarmos mais efetivo em relação ao

objetivo proposto, tem como um de seus postulados a percepção das práticas, uma vez que são elas que objetificam os objetos em análise: o operariado e o patronato. Cabe então indagar: quais práticas estão em funcionamento objetificando o patronato e o operariado tal como se apresentam nesse momento histórico?

Tomando como norte esta indagação é que as fontes foram analisadas. Sabemos que Foucault utilizou o termo biopolítica para nomear uma tecnologia política intrínseca ao que ele denomina de “arte liberal de governar” e que percebe a população enquanto novo corpo político¹. Sua principal característica era a tentativa de regular o biológico através de um manejo incessante que se torna possível graças ao dispositivo do biopoder, que o filósofo define como: “o conjunto de mecanismos pelos quais aquilo que na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder”. (FOUCAULT, 2008a:3). Trata-se, em outras palavras, de uma tentativa de apreensão da vida para gerir as populações.

Contudo, como promover o controle da vida e das populações sem antes ter, no outro extremo, os corpos dos indivíduos nas amarras? É por isso que o biopoder necessitará interagir com um dispositivo cuja emergência lhe é anterior: o poder disciplinar. Veremos que, enquanto a disciplina individualiza o corpo para docilizá-lo, a biopolítica massifica a multiplicidade previamente docilizada e a coordena. Ela convida a disciplina para uma dança tão aflitiva quanto dramática onde o que está em jogo é espontaneidade da vida e das relações. Isso é necessário porque esse “*ballet*” objetiva o controle dos corpos e, em um segundo plano, da população. No curso “Em defesa da sociedade”, Foucault explica a forma pela qual o biopoder se serve da disciplina, deixando claro que são tecnologias distintas e que a emergência de uma não anula a outra:

Ora, durante a segunda metade do século XVIII, eu creio que se vê aparecer algo de novo, que é uma outra tecnologia de poder, não disciplinar dessa feita. Uma tecnologia de poder que não exclui a primeira, que não excluiu a técnica disciplinar, mas que a embute, que a integra, que a modifica parcialmente e que, sobretudo, vai utiliza-la implantando-se de certo modo nela, e incrustando-se efetivamente graças a essa técnica disciplinar prévia. Essa nova técnica não suprime a técnica disciplinar simplesmente porque é de outro nível, está noutra escala, tem outra superfície de suporte e é auxiliada por instrumentos totalmente diferentes. (FOUCAULT, 2010:203-204)

¹ A esse respeito, creio ser pertinente destacar que a categoria “população” emerge no cenário da biopolítica. É ela quem torna a população um problema político e, ao mesmo tempo, biológico.

Em uma de suas mais famosas obras, o livro “Vigiar e Punir” (1987), Foucault nos dá uma boa visão sobre a tecnologia da disciplina à qual o biopoder tem de se atrelar. Nos séculos XVI e XVII se consolidou a sociedade disciplinar, marcada por novas formas de dominação do corpo que diferiam de todos os regimes corporais anteriores (escravidão, servidão). Essas novas técnicas esquadrinham e apreciam o corpo individual nos seus mínimos detalhes. São, portanto, “Técnicas sempre minuciosas, muitas vezes íntimas, mas que têm sua importância: porque definem um certo modo de investimento político e detalhado do corpo, uma nova ‘microfísica’ do poder” (FOUCAULT, 1987:165). Essa nova forma de poder passa a reger o funcionamento de instituições como a escola, o quartel, a clínica e, principalmente a fábrica e a casa, foco deste trabalho. Tais técnicas disciplinares têm como objetivo tornar o corpo potente, amarrar o corpo para ao mesmo tempo dirigir suas forças e potencializa-las ao máximo, reduzindo os desperdícios no trabalho. “Toda essa tecnologia, que eu creio que podemos chamar de tecnologia disciplinar do trabalho” (FOUCAULT, 2010:203).

“A voz do trabalhador”, que tem seus exemplares na Biblioteca Nacional, foi um periódico cuja primeira edição disponível para pesquisa data do dia 15 de agosto de 1908. Houve outros quatro números anteriores, mas infelizmente não estão disponíveis.² O jornal é uma fonte inesgotável de informações, não só sobre a dinâmica do movimento operário, mas também sobre as lutas diárias travadas por trabalhadores cariocas. Embora ele trouxesse notícias sobre o movimento operário e a situação do trabalhador em vários pontos do país, a segunda e a terceira página eram sempre destinadas a notícias regionais, quase sempre restritas a capital e, esporadicamente, a cidade de Niterói. Logo nas primeiras edições analisadas já é possível perceber um clima de agitação dentre os trabalhadores do ramo têxtil. “O que importa a derrota de 1903? Naquele tempo os operários não tinham a orientação que têm agora”, dizia o jornal em 22/11/1908. O periódico mostra que os mesmos iniciaram uma nova greve dos tecelões no ano de 1908. Não foi possível determinar quando a greve começou exatamente devido à falta das publicações anteriores, mas a edição de agosto do mesmo ano mostrava que ela já estava em curso. “Os operários tecelões só têm um interesse, e é o de organizar-se, solidarizar-se a fim de libertar-se de todos os parasitas que vivem à sua custa”.

² Há ainda outras edições do periódico que podem ser encontradas no Arquivo Edgard Leuenroth da Unicamp e na Universidade Estadual de Londrina, entretanto para o presente trabalho foram analisadas apenas aquelas disponíveis na biblioteca nacional.

A historiadora Margareth Rago (1984b) afirma que na primeira década do século XX, as técnicas disciplinares empregadas pelo patronato dentro das fábricas eram menos rebuscadas e não raramente adquiriam uma feição quase “policial”, chegando muitas vezes à agressão física. Ao longo dos dez anos posteriores essas técnicas foram se aperfeiçoando, ganhando refinamento e eficiência:

Do império da violência física e direta exercida no âmbito da fábrica, onde o industrial ditava irreverentemente as normas de conduta, procurando padronizar os comportamentos segundo sua vontade, determinando os horários, os salários e todas as formas de relacionamento entre capital e trabalho, passa-se progressivamente para a introdução de novas técnicas moralizadoras, disciplinas doces e suaves. (RAGO, 1984b:25)

A edição de 15 de agosto de 1908 traz a denúncia sobre um mestre da fábrica de tecidos Carioca que usava de técnicas agressivas no intuito de coibir possíveis atrasos dos trabalhadores ao mesmo tempo em que castigava aqueles que não cumpriam com o horário: “Nesta fábrica, célebre e conhecido antro de exploração, existe um réptil que responde ao nome de João Tailor...”. O relato prossegue por muitas linhas, mostrando como o mestre Tailor apertava nas grades do portão da fábrica aqueles que chegassem atrasados, dentre os quais, geralmente se encontravam mulheres e crianças³ que, por vezes, se machucavam seriamente.

É interessante observar que temos aí uma tentativa de estabelecer um controle fora dos muros da fábrica, trata-se de um controle sobre o tempo, sobre o caminho que o operário faz. E a técnica de imprensar entre as grades do portão todos aqueles que se atrasassem não era a única voltada ao controle rítmico da vida dos trabalhadores de fábricas de tecidos. A fábrica dispunha de um sistema composto por três apitos. O primeiro tocava às 05h45min no intuito de despertar os operários que nas proximidades da fábrica residiam, o segundo deles às 07:00, marcando o início do expediente e o terceiro às 07:45 determinando o fechamento dos portões e a perda do dia para aqueles que ainda não tivessem chegado. Claudio Batalha (2000) afirma que em média o trabalhador fabril das décadas de 1910 e 1920 enfrentava jornadas diárias de 14 horas. No caso específico dos operários da fábrica Confiança, encontramos no periódico algumas matérias que mostram que a jornada de trabalho poderia passar das 15 horas. Na edição do dia 17 de maio de 1909 o jornal dizia a respeito da Fábrica que “Ela queria aumentar as horas de trabalho fazendo serão e obrigando a comparecer no

³ Salienta-se o fato de que as fábricas de tecido comumente abrigavam um grande número de mulheres e menores de idade no seu quadro de funcionários. A título de exemplo, a edição de 22 de novembro de 1908 da Voz do Trabalhador traz informações de que na Fábrica Cruzeiro havia cerca de 1000 trabalhadores dentre os quais o número de homens adultos não chegava a 500. Para mais informações sobre a predominância feminina e do trabalho infantil em fábricas de tecidos, ver Batalha (2000).

serviço aos domingos”. Posteriormente, com a derrota de protestos dos trabalhadores da Confiança a jornada aumentou: 22:30 de segunda a sábado, e até as 15:30 aos domingos. “Que pensam fazer os operários da Fábrica Confiança? Permanecerão calados e submissos suportando o trabalho brutal e pouco remunerado?”, questiona o periódico.

Não bastasse a exaustiva jornada de trabalho, a situação dos trabalhadores da Confiança continuou piorando. De acordo com a edição do dia 03 de agosto de 1909 da “Voz do Trabalhador” a direção da fábrica baixou um novo regulamento que estabelecia que os empregados que faltassem mais de três dias seguidos sem apresentar licença, perderiam os seus teares. Caso isso acontecesse, eles seriam obrigados a pagar por um novo material de trabalho, isso se não fossem demitidos. Outra prática recorrente nas instalações da confiança eram os castigos físicos utilizados para lidar com aqueles empregados que feriam as normas instituídas pela companhia. Uma mulher acusada de trabalhar fora do ritmo estabelecido foi esbofetada por um mestre de nome José Martins.

Folheando as páginas do periódico descobriremos que os diretores da Fábrica Confiança eram perspicazes. Era costume da instituição estipular um prêmio a ser pago para os poucos funcionários que conseguissem arrecadar dentro do prazo de um semestre uma determinada quantia. Conforme mostra edição de 03 de agosto de 1909, empregados eram incentivados pelos mestres a trabalhar muito “porque dali resultaria bem para a companhia e os operários”. Todavia, explica o jornal, mesmo que os operários se esforçassem para bater a meta e receber a bonificação, a tarefa se mostrava quase impossível uma vez que havia uma carência de materiais necessários para o trabalho como rolos e tramas. “Por que em vez de prêmios não tratam de pôr o material em boas condições?”. Certamente por que dessa forma a diretoria conseguiria fazer o trabalhador empenhar mais as suas forças para aumentar a produção e a esperança de conseguir um salário satisfatório, ao passo que supria a necessidade da fábrica de gastar com os materiais em falta.

Ainda na mesma edição, o periódico denuncia que os dirigentes da Confiança estabeleceram uma nova norma que reduziria o número de teares dos trabalhadores para um máximo de 3. Ou seja, aqueles que trabalhassem com quatro teares ou mais teriam seus instrumentos confiscados, o que em um primeiro momento reduziria o seu poder de produção, fazendo com que o alcance da meta necessária para a bonificação necessitasse de mais esforço. “Os operários são assim obrigados a trabalhar mais do que permitem as suas forças ou se verão reduzidos a um salário insuficiente.”. Trata-se de uma estratégia eficaz que ao mesmo tempo lidava com a “crise” da carência de instrumentos de trabalho e mantinha a produção da companhia nos mesmos patamares anteriores à dita crise ou, pelo menos

próximo a eles. Como bônus a Confiança ainda garantia um maior controle sobre o trabalhador nas mais de 15 horas de sua jornada diária, visto que ele teria agora menos tempo ocioso e aceleraria a execução de suas tarefas.

Imaginam que os operários e operárias da fábrica não são entes humanos, senão bestas de carga das quais deve-se tirar o maior proveito possível para, depois de velhos e imprestáveis, atira-los ao meio da rua, onde a fome acabe de aniquilar o resto de força e energia que o trabalho da fábrica os deixou. (A voz do trabalhador – 17/05/1909)

Conforme a situação dos trabalhadores da Confiança piorava, eclodiram alguns levantes contra o abuso dos patrões que parecem não ter obtido sucesso. A diretoria recorreu à polícia que reprimiu violentamente os revoltados havendo inclusive denúncias de atropelamentos de mulheres e crianças, além de perseguição à família dos funcionários que participaram dos movimentos. A fábrica ainda disponibilizou capangas armados para alguns de seus mestres, dentre os quais é citado pelo jornal o nome de Felipe de Moraes. Depois da impiedosa repressão, a diretoria recorreu a instrumentos que considerava mais eficazes para fortalecer a vigilância e manter a disciplina. Sem pudores, as forças direcionadas a normalizar se fazem sentir mais do que nunca naquela companhia.

Boa parte dos trabalhadores em fábricas de tecidos, não nos restringimos aqui aos empregados da Confiança, tinha que lidar com as incertezas quanto aos seus pagamentos. Muitas fábricas do ramo têxtil utilizavam convenientemente uma prática que fazia com que o operário não possuísse maneiras de contabilizar a própria produção. Trata-se da disponibilização de tabelas para contabilizar a produção: “Não havendo tabela fixa que marcasse a metragem do pano e o preço, os operários não sabiam o que ganhavam ao certo, estando à mercê das patifarias do gerente.”, denunciava a edição de 22/11/1909. Conforme os operários da Confiança foram se exaltando contra essa medida, a diretoria optou por um incremento massivo das forças de vigilância: “Na fábrica ‘Confiança’, em Vila Izabel, foram introduzidos sem haver motivos para isso, seis praças da polícia com carabinas embalada.”. Os trabalhadores, mesmo assim, decidiram reagir e tomaram uma atitude considerada pelo jornal como “um exemplo de dignidade”. Simplesmente permaneceram no pátio da fábrica sem trabalhar, deixando claro que só voltariam ao batente depois da retirada de todos os policiais do interior da fábrica. Dessa vez a diretoria cedeu e a reivindicação dos trabalhadores foi efetiva.

Dário Melossi e Máximo Pavarini (2006), em consonância com Foucault, afirmam que todas as instituições que pretendem manter sobre controle um certo número de pessoas são atravessadas por uma lógica específica: a lógica do panóptico de Jeremy Bentham.

Comumente o panóptico é citado apenas como um modelo arquitetônico caracterizado pela presença de uma torre central de onde se pode vigiar toda a estrutura a sua volta, mas que, ao mesmo tempo, impede que aqueles que estão sendo vigiados por quem nela está, percebam se o olho do vigia está sobre si ou não. Entretanto, os autores percebem que a ideia do panopticon não se restringe as estruturas arquitetônicas, sendo também uma “*modus operandi*”, de forma que, as construções caracterizadas como panópticas são a materialização dessa concepção.

A construção da docilidade se dá por meio de métodos que se aplicam sobre o tempo, os espaços e as ações, enquadrando a todos, corrigindo os desvios. A direção da Confiança industrial se empenha para seguir essa cartilha. Além de produzir apenas tecidos, havia um grande esforço para a confecção de corpos obedientes: polícia no interior da fábrica, mestres agressivos acompanhados por capangas armados, suborno de trabalhadores para delatar os que se insubordinavam, técnicas mais variadas de controle do tempo do trabalhador dentro e fora da fábrica, tentativas de máxima extração da força produtiva e do corpo operário, perseguição à família, castigos físicos. Encontra-se aí:

[...] técnicas pelas quais se incumbiam desses corpos, tentavam aumentar-lhes a força útil através do exercício, do treinamento, etc. Eram igualmente técnicas de racionalização e de economia estrita de um poder que devia se exercer, da maneira menos onerosa possível, mediante todo um sistema de vigilância, de hierarquias, de inspeções, de escriturações, de relatórios [...]. (FOUCAULT, 2010:288)

As estratégias citadas acima constituíram metade do esforço dos diretores da companhia para a docilização de seus empregados. Como já citado, o processo de disciplinarização ultrapassa as paredes da fábrica e atinge em cheio o âmbito familiar. A posse da moradia de parte do operário pelo patronato denuncia uma tentativa de controle da vida privada. É esse o processo a ser analisado a partir de agora.

A chegada da República trouxe a necessidade de renovação, não só das estruturas políticas. Como mostra Mello, “A Proclamação da República é um episódio da modernização à brasileira.” (2009:16). O vocábulo república ganhou diversos significados que o fizeram se tornar sinônimo de progresso. Um sentimento de “inadequação temporal” pairava sobre os contemporâneos, tornando a urgência por reformas a ordem do dia. Uma das coisas a se renovar era justamente a cidade. “Iniciou-se a construção de uma cidade moderna, acompanhada da produção de um discurso baseado no ideal do novo, do progresso e de ruptura com o passado, elaborado na maioria das vezes por médicos, engenheiros sanitaristas e intelectuais.” (STANCHI, 2008b:53). A construção das vilas operárias se insere dentro desse processo mais amplo de reforma e ampliação do espaço urbano, que chega ao seu cume

nos anos da primeira década do século XX. O objetivo era atualizar a cidade no que diz respeito a novas concepções de modernidade, sanitarismo, progresso e civilização. Essa intervenção urbanística pretendia consolidar a modernidade republicana, já que possibilitava o crescimento do parque fabril da cidade e a adequação da mesma às novas formas de acumulação capitalista e divisão internacional do trabalho, ao mesmo tempo em que rechaçava o incômodo estigma de obsoleto país escravocrata. Trata-se de um projeto orientado pelos interesses de elites políticas e econômicas. O que é notável em tudo isso, e importante para a análise feita nesse trabalho, é que esse processo, além de intervir no espaço físico da cidade também atingiu em cheio a população, sua vida e suas práticas.

Foucault deixa claro que a biopolítica irá trazer a vida e seus eventos para dentro de um cálculo de poder, trata-se da “assunção da vida pelo poder: se vocês preferirem, uma tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do biológico” (FOUCAULT: 2010:286). Essa estatização se dá não só no intuito de controlar a vida, mas principalmente no de produzi-la. Produzir a vida dentro de certas normas. Esse é motivo pelo qual um conjunto de processos inerente ao homem enquanto espécie (taxa de natalidade e de óbito, produção, doenças, epidemias, deslocamento, expectativa de vida e etc) fará parte da equação que a governabilidade se propõe a solucionar. As intervenções promovidas no Rio de Janeiro pelo prefeito Pereira Passos e as políticas de saúde de Rodrigues Alves, então presidente do país, denunciam essa invasiva tentativa de normalização do homem-espécie.

São esses fenômenos que se começa a levar em conta no final do século XVIII e que trazem a introdução de uma medicina que vai ter, agora, a função maior da higiene pública, com mecanismos de coordenação dos tratamentos médicos, de centralização da informação, de normalização do saber, e que adquire também o aspecto de campanha de aprendizado da higiene e de medicalização da população. (FOUCAULT, 2010:291)

Abreu (1988) lembra que o Rio de Janeiro era assolado por epidemias de febre amarela e demais doenças dos mais variados tipos como tuberculose, varíola e peste bubônica. O precário sistema de saneamento da cidade era apontado como um dos grandes culpados. Os cortiços que ocupavam a região central e abrigavam boa parte dos trabalhadores pobres da cidade, além de remeterem a certo atraso colonial que o novo governo pretendia apagar, eram reconhecidos pelas autoridades sanitárias como foco de doenças, o que tornava a região insalubre e isso, por consequência, se refletia na economia. A demolição de habitações insalubres começou ainda no final do Século XIX, durante o governo de Barata Ribeiro, que por meio de decreto promulgado em 1893, iniciou os combates aos cortiços, desalojando a numerosa população que neles residia. Em um segundo momento, tomando como norte a cidade de Paris, iniciou-se a construção de largas e retílineas avenidas,

arborizou-se e pavimentaram-se os bairros onde residiam os mais abastados, ergueu-se no centro o Theatro Municipal, cuja obra foi concluída no ano de 1909, e iniciou-se a construção de um novo porto.

O que parece mais interessante destacar é que a reforma no espaço urbano trouxe um acirramento da vigilância e do controle sobre certos aspectos da vida dos habitantes. A começar pelo fato de que a reformulação da malha urbana significou, dentre outras coisas, a construção de uma delimitação nas possibilidades de habitação, principalmente no que diz respeito às camadas mais pobres. Essas foram expulsas de locais considerados áreas de maior classe, como os bairros de Copacabana, assim como do Centro da cidade que deveria projetar a imagem de um país moderno e civilizado. A prefeitura da cidade nitidamente promove uma reorganização classista da ocupação dos espaços. Para além disso, o governo municipal passou a proibir uma série de práticas que faziam parte do cotidiano dessa parcela mais pobre do tecido social.

Para as autoridades da época, a reforma da cidade ficaria incompleta senão houvesse também uma mudança de costumes. Por isso, a administração de Pereira Passos recuperou uma série de antigas posturas e criou novas com o intuito de disciplinar os hábitos da população. (DIAS, 2015:165)

Passaram a ser proibidos hábitos como a circulação de vendedores ambulantes não licenciados pelas ruas do centro, assim como aqueles que vendiam leite e que, de acordo com Dias (2015), ordenhavam suas vacas nas vias públicas. Outras proibições também chamam a atenção: os moradores não poderiam mais criar animais suínos em suas casas, a mendicância passou a ser terminantemente reprimida, junto com a venda de miúdos e os quiosques que existiam na região central. O desrespeito às novas regras poderia ser punido com multa, algo que contribuiu para aumentar a arrecadação para os cofres públicos.

Devemos ter em mente que essa reforma urbanística que objetivava modernizar a estrutura da cidade, também tinha como objetivo promover uma modernização social, ou seja, adequar a população para os parâmetros civilizacionais desejados uma vez que o higienismo trazia consigo um projeto moral e, portanto, normativo, de sociedade. Temos nesse momento a emergência de novas lógicas que passam a compor e orientar a governabilidade. De fato, há um saldo que se pode considerar positivo, após as obras de saneamento e a campanha de vacinação promovida pelo sanitarista Oswaldo Cruz, ministro do presidente. O número de mortes por febre amarela decaiu drasticamente. Entretanto, fica a pergunta: por que neste momento passa a ser primordial modernizar a cidade e reduzir as mortes por epidemia? A resposta já foi dita acima, trata-se de atualizar o Brasil no que diz

respeito às novas formas de produção capitalista e, por consequência, enterrar de vez o fantasma da monarquia.

Ora, não é necessário que se vá muito longe para concluir que uma força de trabalho debilitada por enfermidades das mais variadas não é o mais adequado quando a ordem do dia é promover o crescimento industrial e a modernização. É necessário controlar e disciplinar essa população para que se atinja o objetivo ao qual o governo se propôs. Isso demonstra que há certa forma de governar, produzida por uma lógica que demanda por disciplinarização dos corpos, das práticas e pelo manejo da vida. Uma lógica que é intrínseca às formas liberais de governo, a lógica biopolítica.

Dentro desse panorama, as vilas operárias são apontadas pelas autoridades sanitárias como o modelo de habitações para trabalhadores a ser seguido e uma alternativa de habitação em detrimento as edificações insalubres que se pretendia erradicar. Os cortiços e estalagens possuíam um número maior do que o desejável de ambientes coletivos. Como as unidades domiciliares eram sempre muito pequenas e sublocadas devido ao alto preço dos alugueis, os moradores acabavam executando na área externa, algumas atividades que, segundo os padrões hegemônicos, deveriam ser privadas. O uso dos sanitários e das pias era sempre disputado, os espaços internos eram mal aproveitados, havia uma carência de ventilação e iluminação. Tal ambiente além de facilitar a propagação de doenças, também recebia críticas por “incitar a promiscuidade e depravação moral”. É possível inclusive traçar um comparativo entre as estalagens do Rio de Janeiro e as senzalas do período colonial:

Também é possível estabelecer uma analogia entre as estalagens e outra forma de alojamento de trabalhadores trazida pelos colonizadores: a senzala. Esta também apresentava uma sucessão de cômodos, em fila, de construção de qualidade inferior às demais, com espaços reduzidos, iluminação e ventilação deficientes. [...] De fato, em ambos os casos, a finalidade era apenas oferecer condições mínimas para a força de trabalho se recuperar para uma nova jornada. (STANCHI, 2008b:60)

De fato, Foucault (1987) já nos alertava que o corpo, em todos os momentos da história, sempre foi alvo de regimes corporais, e destaca a escravidão como um deles. A principal diferença entre esta e o regime que se estabelece na sociedade disciplinar é que o segundo é muito mais efetivo no que diz respeito à otimização das forças. Logo, faz sentido que as habitações populares, datadas do período colonial, onde a biopolítica ainda não tinha emergido completamente no Brasil, se apresentassem de forma tão semelhante às senzalas. Não havia ainda uma lógica que demandasse um esquadrinhamento completo dos corpos. A nova forma de habitações populares, as vilas operárias, essa sim levaria em consideração as exigências de aproveitamento máximo da força de trabalho. As prescrições legais

estabelecidas pelo Estado, no que diz respeito aos elementos obrigatórios para a construção dessas habitações exigem que os projetos de vilas operárias contenham casas que pudessem assegurar a disciplina e os bons costumes dos inquilinos. Eram projetadas para abrigar um modelo burguês de família nuclear. Além de obrigatoriamente conter elementos que assegurassem a saúde e a eficácia sanitária, as casas deveriam ter também elementos que inibissem a “decadência moral”.

Creio que um conceito que nos auxiliará no entendimento dos objetivos do investimento em vilas para operários é o de produção subjetiva. Tal qual proposto por Felix Guattari e Suely Rolnik (1996), na contemporaneidade existe uma produção em escala internacional das subjetividades. Algo que os autores classificam como uma “economia coletiva do desejo”. Longe de serem apenas representações ou ideologias, a ideia de produção subjetiva diz respeito à criação de formas fixas de ser, estar, sentir e compreender a sociedade em que se insere e o mundo. Essas formas fixas são universalizadas e, posteriormente, irão compor os próprios indivíduos, na medida em que estes são produzidos por elas. É por isso que quando se fala em produção subjetiva, não está se falando apenas de uma forma de mentalidade ou ideologia, é mais abrangente. Trata-se de produções que além de compor os indivíduos, produzem os seus desejos, tornam-se mais um dos tecidos de seus corpos:

Tais mutações da subjetividade não funcionam apenas no registro das ideologias, mas no próprio coração dos indivíduos, em sua maneira de perceber o mundo, de se articular como tecido urbano, com os processos maquímicos do trabalho, com a ordem social suporte dessas forças produtivas. (GUATTARI e ROLNIK, 1996:26)

As subjetividades em questão não são produzidas necessariamente por um grupo específico, tampouco por agentes individuais. Na verdade, essa produção acontece de forma rizomática, ou seja, não linear e sem ponto de origem. É no registro do social que se constroem os modelos normativos do que é ser mulher, do que é ser mãe, do que é família, do que é ser um bom trabalhador. São esses os modelos que atravessam as paredes das vilas operárias atingindo os seus moradores. Ao receber a moradia, os trabalhadores recebem também todo um “way of life” baseado em padrões burgueses de ser e estar no mundo, considerados mais sofisticados e adequados para aqueles que cumprem a função de produzir a mercadoria. É uma tentativa de controle que vai além do corpo físico e atinge as subjetividades. Isso aponta para uma tentativa de remodelação da identidade operária que demandou uma interdição em seus modos de vida:

As relações familiares também devem ser produzidas a partir da constituição de um novo modelo normativo de família. Toda forma de comportamento desviante, toda forma de relacionamento incontrolável, ameaçadora e impura deve ser curto-circuitados. É preciso adestrar os gestos da nova força produtiva em todos os seus

momentos. Assim, se pretende formar o novo proletariado, impondo-lhe uma identidade moralizada construída de cima e do exterior. (RAGO, 1984b:23)

A urgência da construção de um novo trabalhador explica, por exemplo, as facilidades concedidas pelo governo tanto para o setor de construção civil, que obteve altos lucros nesse período uma vez que as tarifas para a importação dos materiais de construção foram reduzidas, facilitando a compra, quanto para os industriais, que pouco a pouco passariam a investir na construção de suas próprias vilas, como foi o caso das habitações da confiança.

Devido ao meu distanciamento em relação às diversas técnicas de abordagens de uma estrutura arquitetônica, decidi fazer utilizar a consistente análise que Stanchi (2008b) fez das plantas baixas das vilas da Confiança, atualmente localizadas no Arquivo Nacional. No total, a fábrica possuiu um conjunto de nove vilas, sendo que a construção da primeira se iniciou ao final do século XIX e a última, já nos anos de 1930. Um dos principais referenciais teóricos utilizados pelo autor para tecer a análise das plantas baixas é o método “Gamma”, proposto por Bill Hillier e Julienne Hanson. Esses autores são famosos entre os acadêmicos de arquitetura e urbanismo, principalmente pelo clássico “The social logic of space”. Na obra, eles defendem a ideia de que a forma pela qual as estruturas arquitetônicas modelam o espaço e, conseqüentemente, os meios de locomoção do corpo por esse espaço, deixa transparecer os atravessamentos que determinada estrutura possui com as relações sociais. Eles afirmam:

In this sense, buildings are not what they seem. They appear to be physical artefacts, like any other, and to follow the same type of logic. But this is illusory. In so far as they are purposeful, buildings are not just objects, but transformations of space through objects. [...] It is the fact of space that creates the special relation between function and social meaning of buildings. The ordering of space in buildings is really about the ordering of relations between people. Because this is so, society enters into the very nature and form of buildings. They are social objects through their very nature as objects. (HILLIER e HANSON, 1984a:1-2)

É a forma pela qual o corpo se movimenta através do espaço modelado por uma construção que irá decodificar as lógicas as quais orientaram a construção destes lugares. Stanchi (2008) compra essa ideia e explica que seu interesse, dentre outras coisas, é mostrar que tipo de circulação espacial cada uma das vilas possui. As estruturas arquitetônicas podem ser caracterizadas em dois tipos de acordo com as possibilidades de circulação que apresentam: as distributivas e as não-distributivas. Estas últimas, só permitem a movimentação de entrada e saída por uma única via, o que significa maior controle e hierarquização de uns espaços em relação a outros; já as primeiras, possuem duas ou mais

possibilidades de entrada e saída, logo é possível afirmar que os espaços são mais democráticos.

O autor decide por calcular a porcentagem, em m², de cada cômodo destinado à intimidade, socialização, circulação e serviço. O que fica claro com a análise dos dados é que a maioria das casas, além de possuírem um setor serviço e de socialização maior que o reservado para a intimidade (o quarto), são quase que completamente estruturas não-distributivas, ou seja, contam apenas com uma porta para entrada e saída. Logo, conforme demonstra a análise do autor, todo o ideário modernista que impulsionou a construção de habitações higiênicas para trabalhadores se concretizou muito mais na propaganda que na prática. Na verdade, o que se observa é uma contradição, visto que muitas das estruturas presentes nessas novas moradias se identificam mais com perspectivas coloniais de habitação. Os próprios operários tomaram ciência disso. Em artigo publicado na edição de 29/11/1908 da “Voz do Trabalhador”, o jornalista Mauricio de Medeiros criticava as vilas operárias cuja “detestável arquitetura transformará aquele bairro, dentro de alguns anos, no mais indecoroso e horrível bairro do Rio de Janeiro” O jornalista ainda foi além: “a arquitetura dá-lhes um ar velho, colonial, antiquado...”.

É perceptível a presença ou permanência de uma lógica senhorial nas formas que a classe burguesa concebia as moradias para operários e ex-escravos, o que constitui, de certa forma, um anacronismo. Em alguns casos, o segundo quarto, o quarto dos filhos, se apresenta sem janelas, o que de certa forma remete a uma atualização das alcovas, por exemplo. As mudanças de cunho higienistas introduzidas foram muito poucas, isso indica que houve uma aposta, consciente ou não, em antigas formas de dominação.

Creio ter ficado claro, ao final deste trabalho, a instauração de práticas de controle da vida sobre os operários que viveram os primeiros anos da República e, mais especificamente os da fábrica Confiança. Foram empregadas estratégias vastas para formar o que se considerava o trabalhador ideal, mais adequado às noções republicanas de civilidade, de forma que a história dos trabalhadores durante a primeira república não pode ser pensada sem considerar esse projeto normalizador.

Referencias Bibliográficas:

ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. 2ª edição. Rio de Janeiro: IPLANRIO/ZAHAR, 1988

BATALHA, Claudio H. M. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

- DIAS, Maria Cristina de Oliveira. *A Reforma Pereira Passos: momento de transformações urbanística e social na cidade do Rio de Janeiro*. Revista Senso Comum, nº 3, 2015, p.158-170.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2010
- _____. *O Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a
- _____. *Vigiar e Punir*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.
- GUATTARI, F e ROLNIK, S. *Micropolítica cartografias do desejo*. 4ª Ed., Petrópolis: Vozes, 1996.
- HILLIER, Bill; HANSON, Julienne. *The social logic of Space*. Cambridge University Press: 1984a.
- MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A modernidade republicana*. Tempo, 2009, vol.13, n.26, pp.15-31.
- MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. *Cárcere e Fábrica – as origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX)*. Rio de Janeiro: Revan, ICC, 2006.
- RAGO, Luzia Margareth. *Sem fé, sem lei, sem rei. Liberalismo e experiência anarquista na República*. Campinas: Unicamp, Biblioteca Central, 1984b.
- STANCHI, Roberto Pontes. *Modernidade, mas nem tanto: o caso das vilas operárias da Fábrica Confiança. Rio de Janeiro, séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 2008b.